

HISTÓRIA, SEXUALIDADE E LITERATURA NO IMPÉRIO ROMANO – ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DAS *METAMORFOSES DE OVÍDIO*

Fabiano de Souza Coelho ¹

RESUMO

Os escritos produzidos por Públio Ovídio Nasão (ano 43 a. C a 17 d. C) foram fruto de seu contexto histórico em torno do período da passagem da República para o Império Romano; encontramos em seus trabalhos o retrato do cotidiano romano e algumas críticas as realidades sociais existentes em seu tempo. Desta feita, ancorado na obra *Metamorfoses* de Ovídio, numa perspectiva interdisciplinar entre História e Literatura, temos como objetivo refletir sobre as representações de gênero existentes em alguns textos da referida obra, em especial, nos mitos no qual o autor tratou sobre a mudança de sexo. Por conseguinte, a ideia central da obra *Metamorfoses*, na qual apareceu no século I d. C., era expressar a representação do corpo em metamorfose, isto é, um corpo híbrido.

PALAVRAS-CHAVE: Ovídio; gênero; Metamorfoses.

ABSTRACT

The writings produced by Publius Ovid Nasão (43 BC to 17 AD) were the result of its historical context surrounding the passage of the Republic period to the Roman Empire; we find in his works the portrait of Roman daily life and some criticism existing social realities in his time. This time, anchored in Ovid's *Metamorphoses* work, an interdisciplinary perspective between history and literature, we aim to reflect on the existing gender representations in some of that work texts, in particular in the myths in which the author tried on sex change. Consequently, the central idea of the Metamorphosis work, which appeared in the century AD, was to express the representation of the bubble body, i.e., a hybrid body.

KEYS-WORD: Ovid; gender; Metamorphoses.

O Império Romano teve suas particularidades e entendemos que esse Estado formou, durante vários séculos, uma unidade política de grande complexidade, a despeito das profundas alterações que conheceu ao longo de sua existência, nunca chegou a se constituir no que hoje entendemos por Estado nacional; o Império Romano não deve ser compreendido nos moldes do Estado Moderno clássico e, da mesma forma, não pode ser entendido nos mesmos termos que os Estados nacionais que se formaram no século XIX, sobretudo no que diz respeito à relação entre Estado e sociedade (GUARINELLO, 2006, p. 13-14).

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ), orientado pela Professora Doutora Regina Maria da Cunha Bustamante, bolsista da CAPES.

O Império foi o resultado de um lento processo de conquista militar e centralização política, primeiro da cidade de Roma sobre a Itália, depois da própria península sobre as demais regiões que margeiam o Mediterrâneo (GUARINELLO, 2006, p. 14). Ou seja, conforme atesta o historiador Paul Veyne (2009, p. 12-13), “o Império Romano é a civilização helenística nas mãos brutais de um aparelho de Estado de origem italiana”.

Da mesma forma, concordamos com a afirmação de Mendes (2002, p. 118) que entende o Império Romano como um sistema caracterizado por sua estrutura celular, concêntrica e centralizada, evidenciada por um tipo de relacionamento entre o centro decisório, as áreas integradas, as semiperiferias e as periferias.

O Império Romano foi o Império da *civitas*, tendo a cidade um papel pertinente para processo de expansão e ratificação da estrutura política, social, cultural e religiosa romana; e a cidade tornava-se então a construção material e simbólica do lugar pelo Império Romano, possibilitando assim pensar, observar e dar inteligibilidade às coisas (BUSTAMANTE, 1999, p. 330).

O termo *civitas*, comumente traduzido por cidade, deve ser definido como o estatuto sócio-jurídico de uma comunidade assentada num espaço urbano (*Urbs*) e rural (*ager*), a qual é independente e soberana aos seus bens e indivíduos e cimentada na religião e nas leis. Na *civitas* reuniam os fundamentos da educação, da moral, da administração, da vida jurídica e da política no mundo; e, por conseguinte, a cidade deve ser entendida como uma instituição que congregava a cultura Imperial (MENDES, 2001, p.25-30).

A criação do Império Romano foi o resultado da expansão de uma aliança de cidades da Itália, capitaneada pela mais forte, sobre um mundo urbano enfraquecido por seus conflitos internos e externos. Desta forma, o Império Romano representou uma vitória das cidades mediterrâneas sobre essas sociedades. E a expansão romana foi, antes, o resultado das deficiências estruturais dessas cidades do que o efeito de uma supremacia singular do povo conquistador. Da mesma forma, o Império Romano era um Império de cidades e, ao mesmo tempo, o Império de uma cidade (GUARINELLO, 2006, p. 14-15).

Por conseguinte, fez-se um uso estratégico dos espaços urbanos para construir uma cumplicidade entre o lugar habitado e o corpo de cidadãos. A cidade foi a célula-base do sistema imperial romano tanto no plano político quanto no econômico, social, cultural e religioso, atuando como centro de romanidade (BUSTAMANTE, 2006, p. 113).

Na sua maioria, as cidades das províncias ocidentais tinham, no entanto, populações de cerca de 5.000 pessoas cada. Eram uma espécie de cidades agrárias, no sentido moderno, entretanto aqueles que viviam encontravam-se presos a uma rede de comunidades ligadas entre si. O poder do imperador, distante e semidivino, era representado localmente pelos governadores provinciais e os seus assistentes. Para além dos soldados, os imperadores tinham poucos servidores; o Império era, de fato, representado de modo permanente pelo *ordo*, um “conselho legalmente constituído em cada cidade” - esse conselho trata-se de um corpo formal, cujos membros eram recrutados de entre as trinta a cem famílias mais ricas da região, e era responsável pelo governo da cidade e pela recolha dos impostos relativos ao território que lhe estava atribuído. Em tempos de paz (ou de maior parcimônia), estas elites exerciam praticamente um controle praticamente absoluto sobre cada localidade, em troca de manterem a paz nas cidades e no pagamento regular de impostos para sustento dos exércitos. As contribuições não eram, por conseguinte, um simples acontecimento regular imposto de cima: a responsabilidade era delegada de tal maneira que se transformava num modo de vida para os membros mais importante de cada localidade (BROWN, 1999, p. 31).

O Império era um Estado marcado por profunda heterogeneidade. Como se sabe, a unidade linguística conferida pelo uso oficial e literário do Latim e do Grego era apenas aparente e superficial. Latim e Grego eram, com efeito, línguas fracas, usadas pelas elites e pela administração. Mas as populações locais continuavam se expressando em seus idiomas de origem como, por exemplo, o púnico, no norte da África, o copta, no Egito, o aramaico, no Oriente Próximo, etc. Tampouco havia, no início, uniformidade étnica ou cultura. O Império estendia-se por dezenas de povos e comunidades que preservavam suas tradições culturais, alimentares, familiares, suas roupas e suas moradias, seus modos de enterrar os mortos, suas crenças religiosas, suas culturas particulares (GUARINELLO, 2006, p. 16).

As cidades da Roma Antiga não eram tão impessoais como as modernas. Os habitantes eram agrupados em células relativamente pequenas, formadas por uma colmeia de vizinhanças e de associações voluntárias: irmandades funerárias, grupos de cultos, irmandades entusiastas de circo e irmandades comerciantes (BROWN, 1999, p. 32). Logo, as cidades romanas eram importantes na estrutura administrativa do Império (VAM DAM, 2008, p. 344).

O Império Romano representa um curioso processo de centralização política por meios militares, seguida por uma progressiva unificação econômica e cultural, que, contudo, jamais se realizou plenamente. O Império permaneceu sempre como um poder que se impusera sobre

um vasto território, sem integrar-se a ele, pois emanava apenas indiretamente de sociedades civis particulares, formadas pelas elites urbanas, pelas grandes etnias, pelos credos de maior difusão, pela miríade de cidades do Império (GUARINELLO, 2006, p. 17).

No Império o poder se centralizou progressivamente nas mãos do imperador e de sua corte, mas deixou de ter um centro geográfico que sugasse as riquezas da periferia. Roma perdeu, pouco a pouco, sua posição de centro acumulador. No nível das elites houve uma progressiva unificação, tanto política como cultural, produzindo uma cultura erudita, tanto em Grego como em Latim. Já no nível das massas a integração era mais difícil, fosse pelos particularismos locais, pelas redes de clientelismo às quais estavam presas, fosse pelas dificuldades de comunicação na vasta extensão do Império, fosse, enfim, pela impossibilidade de traçar ou definir objetos comuns. A integração das massas, dessa forma, deu-se em torno de credos religiosos. Desta forma, a aliança de elites representou um pacto conservador que manteve o Império unido por séculos (GUARINELLO, 2006, p. 17).

O Império Romano dominador, militar e expansionista – o maior Estado do Mundo Antigo – construiu valores culturais e sociais em torno da figura masculina em detrimento da feminina; onde se cristalizou uma sociedade patriarcal, masculina, e, conseqüentemente, podemos chegar a entender o comportamento das mulheres a partir de registros masculinos, em sua maioria.²

Com efeito, na produção da história temos a necessidade de fontes, documentos, vestígios. Contudo, quando se trata das mulheres esses materiais são frequentemente apagados, desfeitos, destruídos, ou seja, existe uma falta de informações sobre o gênero feminino. Além disso, existe uma falta de dados não apenas sobre as mulheres e a mulher, todavia sobre sua existência concreta e sua história singular. Por outro lado, temos uma abundância de testemunhos ou discursos sobre as mulheres, essa documentação por muitas vezes produzidas pelos homens, isto é, muito se fala das mulheres. Portanto, as imagens do gênero feminino, desta feita, será uma construção do imaginário dos homens (PERROT, 2013, p. 21-24).

Tanto na cultura grega quanto na cultura romana a oposição fundamental para entender o comportamento sexual estava ligada a atividade e a passividade e as relações sexuais deviam refletir a categoria política daqueles que as praticavam. O papel ativo estava

² No presente trabalho não faremos uso da cultura material; mas, igualmente, reconhecemos que se pode chegar ao entendimento da vida feminina nessa sociedade por meio dessas fontes primárias.

associado a um homem adulto livre, seja nas relações heterossexuais e homossexuais; as mulheres e os escravos cabiam o papel passivo (CARVALHO, 2012, p. 61).

Além disso, no âmbito da historiografia as mulheres são tratadas em termos de desigualdade, inferioridades jurídicas e políticas e de emancipação (THOMAS, 1993, p. 134). Desde os gregos na Antiguidade até o início do século XX, o sexo feminino era representado como uma carência, defeito, uma fraqueza da natureza. Desta feita, as mulheres eram vistas dessa forma, a priori, por causa, de seu sexo, de seu órgão sexual (PERROT, 2013, p. 63).

Com isso, temos sempre que repensar as teorias utilizadas em nossos trabalhos acadêmicos; essas teorias não podem ser modismos, mas, ao contrário, essas devem ser representadas, a partir de como entendemos e interpretamos o mundo, ou seja, acreditamos que as teorias são visões que temos da sociedade. Portanto, compreender as relações entre homens e mulheres, a partir da perspectiva de gênero nos leva a trabalhos fecundos e profundos que vem sendo produzidos nas últimas décadas.

Utilizamos o conceito de gênero como uma categoria de análise da história. Esse conceito nos é útil para pensarmos nossos objetos de pesquisa numa perspectiva teórica. Desta maneira, gênero é uma categoria relevante para entendermos os fatos históricos; entretanto, existe no meio acadêmico um uso equivocado de certos conceitos teóricos motivados por “modismo”, ou seja, parte das pesquisas utilizam teorias que estão sendo mais utilizadas pelos professores renovados do país e do Mundo.

Entretanto como entendemos gênero? Concordamos com Scott (1986, p. 74-75) que nos apresenta a utilidade do conceito de gênero na análise histórica. O estudo de gênero comumente nos dias atuais está ligado a questões relacionadas às mulheres; contudo, afirma essa autora que a expressão gênero além de substituir o termo mulheres, também nos remete que qualquer dado sobre as mulheres nos leva a buscarmos informações sobre os homens, a saber, um implica o estudo do outro.

Da mesma maneira, o estudo de gênero tornou-se em nossos dias atuais uma relevante perspectiva teórica no interior da pesquisa histórica. Essa categoria de análise da história é conceituada por Cemin (2003, p. 75), como a construção cultural e simbólica das relações entre homens e mulheres, indicando que não existem atribuições naturais para homens e mulheres que sejam fundadas biologicamente e, sim, atribuições sociais, ou seja, papéis, tarefas e valores considerados pertinentes em cada sociedade às pessoas de cada sexo.

Ademais, levando ao estudo dos papéis das relações sociais que homens e mulheres vivenciam dentro da sociedade, o gênero acaba por situar-se na esfera cultural e social. Na definição de Alves (2005, p. 232), o gênero é o discurso da diferença sexual que mantém o sexo como referência explicativa:

Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não se refere à realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

A história das mulheres e a história do gênero estão intimamente ligadas. A utilização do gênero nas análises que abordam o universo feminino, apenas recentemente, em meados dos anos 70 do século XX, passou a ser considerada cientificamente no meio acadêmico, estando explicitamente associada aos conceitos de raça e classe social. A necessidade de “pensar o feminismo a partir de uma perspectiva teórica, motivou pesquisadoras a introduzir o conceito de gênero como categoria científica que explica as relações sociais entre os sexos, o que, por sua vez, levou à elaboração de novos conceitos de relação de poder” (MEGÁR, 2005, p. 77).

Fazer análise dos papéis sociais construídos para os homens e as mulheres no decorrer dos tempos nos leva a compreensão da assimetria social existente em cada período da história. A partir do pressuposto das diferenças biológicas entre homens e mulheres, constroem-se meios de exclusão na sociedade e, em especial, a figura feminina foi à protagonista dessa privação social.

A categoria de gênero é usada para determinar as relações sociais entre os sexos; sua utilização repudia as concepções biológicas, na qual nos remete a subordinação e fragilidade feminina ante ao polo masculino. Desta maneira, gênero nos comunica a ideia de construções culturais, ou seja, a criação social dos papéis adequados e esperados aos homens e as mulheres; *grosso modo*, gênero é uma categoria social aplicada sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1986, p. 1067).

Assim sendo, Scott (1986, p. 1067) define gênero como “[...] elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significado as relações de poder [...]”. Logo, compreendemos que essa categoria de análise nos transmite como são sexualmente produzidas as diferenças culturais, políticas e de poder. Deste modo, o estudo de gênero tem como base as diferenças hierárquicas que distingue as relações sociais entre homem e mulher.

Além disso, temos o trabalho de Heilborn, Araújo e Barreto que definem também gênero como “[...] às construções e às expectativas sociais sustentadas em relação aos homens e às mulheres. Gênero diz respeito ao modo como nossa sociedade constrói representações sobre ser homem e ser mulher e pressupõe que sejam naturalmente estabelecidos [...]” (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010, p. 13).

Por conseguinte, o gênero se refere a “construções sociais”, os papéis construídos para homens e mulheres na sociedade; à compreensão dessas duas categorias estão intimamente relacionados e, com isso, não pode ser entendidos de forma separada (SOIHET, 1997, p. 247).

Ao se fazer uso dessa categoria teórica e se voltarmos no contexto histórico de Ovídio podemos ver como existe no discurso do autor trechos carregados de informações relacionadas aos papéis construídos e esperados para o polo masculino e feminino na sociedade romana do início do século I d. C. Desta feita, também, podemos realizar uma gama de conexões dessa questão com os dias atuais e isso nos leva a observar que as questões de gênero vêm sendo muito discutida não apenas no âmbito acadêmico, mas pela sociedade civil, meios de comunicações, instituições religiosas e entre os Poderes Públicos.

Nesse contexto temos um singular personagem no Mundo Romano, a saber, Públio Ovídio Nasão (ano 43 a. C. ao ano 17 de nossa era); ele fazia parte de uma família aristocrática romana, estudou retórica se preparando para vida pública (em especial, a oratória na cidade Roma), no entanto, dedicou-se a poesia; cultivou mais o gênero da elegia, em que trata de matéria erótico-amorosa. Por volta do ano 8, terminou a obra *Metamorfoses*. Além dessa obra o referido autor escreveu os seguintes trabalhos que consideramos importante, a saber: Os amores (*Amores*), A arte de amar (*Ars amatoria*), Os remédios do amor (*Remedia amoris*), Os cosméticos para os rostos das mulheres (*De medicamine faciei femine*).

As obras produzidas por Ovídio foi fruto dessa conjuntura histórica em torno do período da passagem da República para o Império Romano, e, cristalização política e social desse último. Portanto, a ideia central da obra *Metamorfoses*, na qual apareceu no século I, era

expressar a representação do corpo em metamorfose (CARVALHO, 2010, p. 58-59). Com isso, selecionamos quatro episódios da referida obra como parâmetro de nossa análise, a saber, o mito de *Tirésias* (*Met.* III, 316-38), mito do *Hermafrodito* (*Met.* IV, 285-388), mito de *Ífis* (*Met.* IX, 666-797) e o mito de *Cênis* (*Met.* XII, 140-207 e 459-535).

Primeiramente, o Mito de *Tirésias*, narra a história do homem que se transformou em mulher, por encantamento, e depois de sete outonos retoma a sua forma antiga que nascera, a saber, a masculina (CARVALHO, 2010, p. 61).

Desta forma, escreveu Ovídio sobre tal mito:

[...] Enquanto em terra dá-se isso por lei fatal, e Baco duas vezes nato está a salvo, conta-se Jove, ébrio de néctar, ter deixado seus graves afazeres e travado alegre prosa com Juno: “Sentes mais prazer que os homens no sexo, certamente”, ele teria dito. Ela negou. Aprouve-lhes levar o assunto a Tirésias, nos dois modos de Vênus, douto. Pois com dois toques de bastão em verde relva violara a cópula de duas grandes víboras; e de homem fez-se fêmea, por encantamento, durante sete outonos. No oitavo as reviu e diz: “Se vossas chagas têm tanto poder de mudar em contrário a sorte do agressor, ora vos ferirei”. Batendo em ditas cobras, retorna à forma antiga e ao modo de nascença. Feito árbitro, então, desta rixa jocosa, põe-se ao lado de Jove. A Saturnia ficou, dizem, bem mais zangada que o caso pedia, e os olhos do juiz danou à noite eterna. O pai onipotente, posto não ser lícito divo feito anular, em troca de olhos deu-lhe a visão do futuro e a pena mitigou-lhe. Este, famoso pelas cidades da Aônia, respondia infalível a quem o inquiria [...] (*Metamorfooses*, III, 316-338).

Esse mito retratou a mudança de sexo de um homem para uma mulher, mas que depois retorna a sua condição de homem – mantendo a consciência masculina; esse personagem experimentou os prazeres femininos e concluiu que as mulheres sentem mais prazeres do que os homens no campo da sexualidade; entretanto retoma sua natureza primária porque na estrutura social da época as mulheres estavam na condição inferior a que dos homens. Então, o papel social construído para os homens nessa sociedade era revestido de valores positivos em comparação com as mulheres que carregavam atributos negativos.

O outro mito a ser analisado discorre sobre a narração que envolve *Hermafrodito*, filho de Mercúrio e de Vênus, e a ninfa Sálmacé; o jovem imaturo era assediado por uma ninfa ante um lago e, por conseguinte, sofre o estupro, um ataque sexual, na qual a mulher foi o elemento ativo nessa história; Hermafrodito tem dois sexos e é um ser assexuado, impotente, ambíguo (CARVALHO, 2010, p. 62-63).

Desta maneira, Ovídio escreveu:

[...] Ao filho de Mercúrio e diva Citereia, as Náiades nutriram nas grutas do Ida; na sua face os traços da mãe e do pai se podem ver; também tomou o nome deles. Quando fez quinze anos, deixou os paternos montes e o Ida que o nutrira e vagueou alegremente por lugares e por rios ignotos e o desejo atenuava a fadiga. Foi às cidades Lícias e aos Cários, vizinhos da Lícia. Ali vê um lago de águas claras até o fundo. Lá não há canas palustres, juncos pontiagudos, ou ulvas estéreis. O lago é cristalino, porém, é cingido de terreno vivaz e relva sempre verde. Uma ninfa mora aí, [...], mas ora banha os membros formosos na fonte, e sempre arruma os cachos com pente Citóreo, e consulta a água, onde olha o que lhe convém. [...] Quando ao acaso as colhia [flores] viu, então, o rapaz, e ao vê-lo, o desejou. Mas não se aproximou, embora desejasse, antes de se arrumar, de examinar a veste, compor sua expressão e parecer formosa. Então, falou assim: “Rapaz, digno de ser tido por deus, ou se és deus, podes ser Cupido; se és mortal, felizes os que te geraram, feliz é teu irmão, e afortunadas são tua irmã e a nutriz que te deu de mamar. Mas muito mais feliz que todos a que a ti foi prometida, se a julgares digna esposa. Se tens alguma, seja furtivo o meu gozo; se não, seja eu; vamos ao leito nupcial.” Ela calou-se. O rosto do rapaz corou; pois não conhece amor. [...]. A ninfa pede sem fim pelo menos beijos de irmã, [...]. Então, atônita, deseja a forma nua, Sálmacé com ardor. E os olhos dela abrasam-se qual quando Febo, em clara órbita brilhando, é refletido numa imagem de um espelho. Mal suporta a espera e mal contém o gozo, já deseja abraçar, e à loucura se entrega. Ele bate o corpo com a palma das mãos, ágil, salta no lago, move um braço e outro, e n’água cristalina transluz qual estátua ebúrnea ou lírio branco envolto em claro vidro. “Venci e és meu!” exclama a Náiade e, com toda a veste longe lançada, arroja-se na água, e agarra o resistente e, em luta beijos rouba-lhe, subjuga-o com as mãos e o peito acaricia-lhe, e agora por um lado e outro cerca o jovem. Enfim, mesmo lutando para escapar dela, Ela o agarra, qual serpente que ave régia no alto sustém; pendente ela a cabeça e os pés da ave enlaça e a cauda enrola em largas asas; ou como a hera que se enrola em grossos troncos; e como o polvo o inimigo em mar profundo prende, lançando em toda parte os seus tentáculos. Resiste o Atlantíade e à Ninfa os prazeres nega. Ela o oprime e unida, corpo a corpo, tal como estava, diz: “mesmo que lutes, ímprobo, tu não me escaparás. Assim, ordenai, deuses, que ele jamais separe de mim e eu dele”. Os deuses anuíram. E os corpos mistos de ambos se uniram e chegaram a ter aparência de uno. Assim como em casca se enxertam dois ramos, com o tempo eles crescem juntos num só galho; assim, quando seus membros num abraço forte se uniram, não são dois, mas uma forma dúplex, nem rapaz, nem mulher, e que a nenhum parece. Logo que viu que as águas claras, onde entrou homem, o converteram em meio-varão de fêmeos membros, ergue as mãos Hermafrodito, já sem voz viril diz: “Dai dons a vosso filho, ó pai e mãe, pois eu levo o nome de ambos: Quem quer que nessa fonte entre homem saia Semi-varão e logo, ao tocá-la, efemine-se”. Comovidos os pais pelo filho biforme, misturaram à fonte incestuoso filtro (*Metamorfoses*, IV, 285-338).

Esse mito retratou um caso de um ser ambíguo ou ambivalente sexualmente que foi atacado por uma mulher. Contudo, conforme Veyne (2008, p. 217), a moral sexual romana tinha como base a preocupação do cumprimento dos homens do seu dever de cidadão.

Diante dos comportamentos esperados e desejados para o polo masculino e o polo feminino naquele tempo, observamos nesse discurso uma subversão dos papéis sociais e sexuais tidos como padrão; temos uma inversão da ordem tida como natural, isto é, o homem era ativo e a mulher era passiva. Assim, a mulher como um agente ativo sexualmente e socialmente era uma forma de afrontar a posição masculina na sociedade romana, porque de acordo com Cantarella (1994, p. 171), somente os homens governavam e dominariam o mundo da época.

No Mito de *Ífis*, Ovídio, retratou que um homem livre romano, mas plebeu que diante da gravidez de sua esposa solicitou a ela que se a criança que nascesse fosse do sexo feminino a mesma fosse sacrificada, pois era muito oneroso sustentar uma menina naquela época; depois do nascimento a mãe escondeu o sexo da recém-nascida aconselhada pela deusa Ísis e essa menina foi criada como um menino, sem a ciência do pai; seu gênero estava em desacordo com seu sexo; ela viveu travestida como um homem e em sua mocidade se apaixonou por uma colega da escola; no final dessa história temos a ação da deusa Ísis transformando ela em homem; portanto, temos aqui nesse mito um caso de homossexualidade feminina (CARVALHO, 2010, p. 63-64).

Além de todos os elementos elencados anteriormente, vale apenas salientar que existia um forte repúdio dos homens romanos a respeito do homossexualismo feminino, pois nesse tipo de relacionamento as mulheres cumpriam um papel ativo, e, com isso, uma posição que não era sua competência na sociedade.

As mulheres na sociedade romana estavam excluídas das chamadas funções civis, também nomeadas de funções viris (THOMAS, 1993, p. 188). Conseqüentemente, a mudança de sexo seria algo positivo para essa mulher, porque vivera numa sociedade em que a figura dos homens era considerada superior.

Além disso, a visão negativa a respeito do comportamento homossexual das mulheres se transformou mais frequente com a ascensão do Cristianismo no Império Romano; as mulheres também foram alvos das pregações dos líderes da religião cristã. Em particular, temos alusões sobre essa questão em discursos de Jerônimo e Agostinho, na qual as mulheres deveriam evitar esse pecado (CANTARELLA, 1994, p. 169-170).

Por último, temos o mito de *Ceneu* ou *Cênis*; Ovídio narrou uma história de uma virgem da Tessália que fora violada por Netuno, esse deus para reparar o estupro se dispõe a

atender o desejo que Cênis declarar. Desta forma, ela rogou ao deus Netuno que a transformasse em um homem para não ser mais violada e submetida por mais ninguém do sexo masculino; o deus realiza seu pedido e a transformada em Ceneu, guerreiro invulnerável (CARVALHO, 2010, p. 64-66). Temos um fragmento desse mito, a saber: “[...] Cênis diz: esta afronta torna grande o voto. Jamais eu sofra nada igual; não ser mulher. Concede-me, isso é tudo [...]” (*Metamorfoses*, XII, 146-207; 459-535).

Da mesma forma que nos mitos anteriores, com exceção do mito do *Hemafrodito*, nesse observamos que toda mudança ou transformação de gênero foi para o sexo masculino, ou seja, era muito melhor ser homem do que mulher naquela época; nessa sociedade que era patriarcal, o polo masculino construiu uma gama de valores culturais, sociais, legais que era tido como superiores em comparação com gênero feminino.

Conclusões preliminares

De fato, todos esses quatro mitos nos mostraram o ritual de passagem para a vida adulta (CARVALHO, 2010, p. 65); e, portanto, esses discursos analisados anteriormente foram elaborados por um homem. Nesses temos uma estrutura relacional entre o polo masculino e feminino, e, em especial, um apreço do autor pelo primeiro. Assim, não se pode compreender as mulheres sem que essas estejam relacionadas aos homens, e, nem pode conceber os homens sem que esses fossem diferenciados das mulheres (SCOTT, 1992, p. 86-87).

Com isso, o contexto no qual foi produzido esses discursos de Ovídio, a figura do *paterfamilias* era mais relevante em comparação com a *materfamilias* ou as *matronas*, pois de acordo com Dixon (1990, p. 41), por muitas gerações em Roma, ancorado em uma estrutura social e legal, foi garantido o poder para todas as classes do *patria potesta* e isso garantiu uma posição privilegiada do *paterfamilias*.

Outrossim, a sociedade romana era “machista”; conseqüentemente, tínhamos um significativo desprezo pela mulher (VEYNE, 1992, p. 65). As mulheres eram condicionadas ao campo do privado, tinha protagonismo no âmbito da casa e da religião; elas eram controladas pelos seus pais, maridos, parentes ou tutores; e uma série de proibições lhes foram

impostas, em particular, as mulheres das boas famílias, diferente das cortesãs, servas, prostitutas e escravas.

A autoridade maternal romana estava condicionada pelo *paterfamilias*; na legislação em Roma, esse detinha o direito de vida e morte sobre seus filhos, poderia escolher as pessoas que ele iria se casar e tinha o direito de administrar a propriedade de seus filhos e nomear tutores para acompanharem seus dependentes (DIXON, 1990, p. 61).

Ademais, para se ter uma ideia do que se entendia por mulher ao casamento em Roma, que “[...] sem exagero nem paradoxo, a mulher em Roma não era sujeito de direito [...] a mulher era unicamente um objeto” (CIRIBELLI, 1995, p. 145).

Por outro lado, na sociedade romana a virilidade masculina estava representada em seu ativo papel sexual e social. O membro da aristocracia e o cidadão romano deveriam cumprir um papel sexual de forma ativa e exercer o domínio sexual sobre aqueles que eram considerados como os agentes passivos da sociedade, a saber, as mulheres, os libertos e os escravos (FEITOSA, 2008, p. 132).

Desta feita, no mundo romano a conduta dos seus cidadãos era medida a partir do prisma sexual da passividade ou atividade; o homem deveria ser ativo em suas relações sexuais, qualquer que fosse o sexo de seus parceiros passivos; a mulher deveria ser passiva sexualmente, deveria ser apenas dominada pelos homens (VEYNE, 2008, p. 233-234).

Finalmente, a maior das virtudes entre os romanos era a virilidade, a virtude política; os romanos desde a infância eram educados para serem dominadores; sempre e qualquer lugar os romanos deveriam impor esse ideal de dominação sobre si mesmo e sobre os outros povos; essa dominação deveria ser até no campo sexual, pois o cidadão romano (*civis romanus*) adulto nunca deveria ser submisso (CANTARELLA, 1994, p. 98).

Bibliografia Básica

Fonte primária

OVÍDIO. *Metamorfoses*. Tradução de Bocage e introdução e notas de João Angelo Oliva Neto. São Paulo, Hedra, 2000.

Obras de apoio

ALVES, J. E. D. Gênero e linguagem na cultura brasileira: elementos para reflexão sobre uma diferença. In: LOYOLA, Maria Andréa. *Bioética: reprodução e gênero na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro/Brasília: Letras Livres, 2005. p. 232-236.

BROWN, P. *A Ascensão do Cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Presença, 1999.

BUSTAMANTE, R. M. da C. Práticas Culturais no Império Romano: entre a unidade e a diversidade. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M (Org). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad/Edufes, 2006, p. 109-136.

BUSTAMANTE, R. M. da C. Práticas Religiosas nas Cidades: Identidade e Alteridade. *Phoênix*, Rio de Janeiro, 5, p. 325-348, 1999.

CANTARELLA, E. *Bisexuality in the Ancient World*. New Haven and London: Yale University Press, 1994.

CARVALHO, R. Trocando de sexo: uma reflexão sobre gênero nas Metamorfoses de Ovídio. In: LEITE, L. R.; SILVA, G. V.; CARVALHO, R. *Gênero, religião e poder na Antiguidade: contribuições interdisciplinares*. Vitória: GM, 2012, p. 58-70.

CEMIN, A. et al. Imaginário de gênero e violência em Porto Velho. *Revista do Centro de Hermenêutica do Presente*, Porto Velho, ano 1, n. 28, jan. 2003.

CIRIBELLI, M. C. Reflexões sobre a história da mulher em Roma. *Phoênix*, Rio de Janeiro, ano 2, p. 137-146, 1995.

DIXON, S. *The Roman Mother*. London and New York: Rutledge, 1990.

FEITOSA, L. C. Gênero e Sexualidade no Mundo Romano: a Antiguidade em nossos dias, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 48/49, p. 119-135, 2008.

GUARINELLO, N.L. Império Romano e nós. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M (Org). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad/Edufes, 2006, p. 13-19.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. (orgs). *Gestão de políticas públicas em gênero e raça/GPP-GeR: módulo 2*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

MEGÁR, A. Gênero, representação e condição feminina: uma discussão teórica. In: MEGÁR, A. *A representação do gênero feminino nos autos criminais do Espírito Santo (1853-1870)*. Dissertação Defendida no Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2005, p. 75-80.

MENDES, N. M. Romanização e as questões de identidade e alteridade. *Boletim do CPA*, Campinas, nº 11, jan./jul, p. 25-42, 2001.

MENDES, N. M. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2013.

SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, New York, vol. 91, n. 5, 1986, p. 1053-1075.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (org.). *Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 275-296.

THOMAS, Y. A divisão dos sexos no direito romano. In: DUBY, G., PERROT, M. (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. v. 1: A Antiguidade. Porto: Afrontamento, 1993, p. 127-199.

VAM DAM, R. Bishops and society. In: CASSIDAY, A.; NORRIS, F. W. (Org.). *The Cambridge History of Christianity: Constantine to c. 600*. Nova York: Cambridge University, 2008, p. 343-366.

VEYNE, P. A homossexualidade em Roma. In: DUBY, G. (Org.) *Amor e Sexualidade no Ocidente*. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 60-67.

VEYNE, P. O Império Romano. In: ARIÈS, P.; DUBY (Dir.). *História da Vida Privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 17-211.

VEYNE, Paul. *Sexo e Poder em Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.